

Liberais vencem esquerda por 16 a 1

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Funcionamos como um rolo compressor sobre os adversários" — afirmou ontem o deputado Afif Domingos, ao comemorar a vitória dos liberais sobre a esquerda estatizante, que, por 16 votos a um, aprovaram um novo anteprojeto na Subcomissão da Intervenção do Estado e da Atividade Econômica, contrário ao apresentado anteriormente pelo relator Virgildásio de Senna (PMDB-BA). Os liberais chegaram a temer uma última manobra do relator, que acabou não acontecendo, e tornou desnecessária a presença de dois suplentes do PMDB e cinco do PFL.

Senna limitou-se a transcrever os 14 artigos aprovados em reunião anterior, 12 dos quais resultantes de emendas do grupo liderado por Afif e por ele mesmo batizado de "liberal progressista". A articulação do grupo liberal começou com um pequeno número de constituintes — Afif, Renato Johnson, Marcos Lima, Irapuan Costa Júnior, Gilson Machado e Jales Fontoura —, todos eles contrários ao que Afif chama de "ditadura do Estado sobre a liberdade dos indivíduos". A eles juntaram-se, posteriormente, Antônio Ueno, Rubem Medina, Nyder Barbosa, Gustavo de Faria

e Antônio Carlos Franco. Numa última etapa, obtiveram a adesão de Albano Franco.

Diante da falta de diálogo do relator Virgildásio de Senna — "um homem honesto, decente, mas fechado", segundo Afif — montaram então um esquema capaz de derrotar qualquer proposta estatizante, contando ainda com a colaboração dos ex-ministros Delfim Netto, presidente da subcomissão, e Roberto Campos. "Começamos por discutir um projeto alternativo, o mais liberal possível, que pudesse ser negociado posteriormente nas comissões. O grupo manteve-se articulado e coeso e essa firmeza foi fundamental para o sucesso. Na última reunião da subcomissão, surpreendidos pela rejeição de todas as nossas emendas, decidimos preparar nosso próprio anteprojeto, mas sem cometer a burrice de apresentar um substitutivo" — conta Afif.

O primeiro artigo do novo anteprojeto, por proposta de Rubem Medina, difere da proposta do relator ao "não definir o trabalho como fundamento da ordem econômica, nem aceitar o desenvolvimento harmônico das forças produtivas como princípio a ser obedecido em sua organização" — justificou Senna. O segundo, acrescenta, se mantém o direito

de propriedade e sucessão hereditária, suprimiu a norma de que devem merecer tutela constitucional os bens de uso comum do povo, como praias, praças, além de não reconhecer as formas pública e privada de propriedade.

Na verdade, os liberais alteraram o conceito de fundamentação da ordem econômica previsto por Senna apenas no trabalho, mantiveram a função social da propriedade, o direito de hereditariedade e promoveram mudanças no sentido de garantir o direito aos expropriados, em caso de necessidade ou utilidade pública, de recorrer ao Judiciário.

Outra vitória dos liberais refere-se à conceituação, bem mais ampla, de empresa nacional. Pelo projeto do grupo, o Estado agrário sempre supletivamente à iniciativa privada e, quando entrar no setor de produção, por questão de soberania ou interesse nacional, através das estatais, o fará através de lei aprovada pelo Congresso Nacional. Foi também mantido o monopólio do petróleo, mas apenas para lava e pesquisa, ficando as outras etapas abertas à iniciativa privada. Também serão monopólio do Estado os minerais estratégicos. Os recursos minerais e os potenciais hídricos permanecerão como propriedade da União.

Acordos em troca de relatores

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os relatórios e anteprojeto concluídos ontem pelas três subcomissões que integram a Comissão de Ordem Econômica apresentam um perfil mais liberal. Da mais polêmica delas, a Subcomissão de Política Agrícola e Reforma Agrária, resultaram apenas dois artigos, definindo a função social da propriedade e criando Varas especiais para julgamento dos conflitos. A Subcomissão da Questão Urbana e Transportes mereceu pouca atenção e também produziu um anteprojeto conservador, pois subordina inúmeras decisões típicas de municípios e áreas metropolitanas a decisões da União e do Congresso Nacional. O presidente desta subcomissão, senador Dirceu Carneiro (SC), considerou o anteprojeto como vitória do lobby de especuladores imobiliários e se recusou a assiná-la.

A maior parte dos resultados das três subcomissões decorreu de acordos e manobras do PMDB para a indicação dos relatores, já que estes integram, posteriormente, a Comissão de Sistematização. Assim, o relator da Questão Urbana foi o deputado José Ulysses (PMDB-MG), ele próprio ligado a empreendimentos imobiliários em Belo Horizonte, contra a vontade do líder Mário Covas, que o indicou como forma de "compensar" as indicações de Virgildásio de Senna (PMDB-BA) para a Intervenção do Estado, e Oswaldo Lima Filho

(PMDB-PE), para a Reforma Agrária — estes dois afinados com a linha mais à esquerda do partido.

REFORMA AGRÁRIA

Na Subcomissão da Reforma Agrária, o ambiente foi de tensão — repórteres e fotógrafos chegaram a sofrer agressões da segurança. O líder do grupo conservador desta subcomissão, Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), articulou companheiros do próprio partido para fazer frente à esquerda, encabeçada pelo relator. Com representantes de trabalhadores de um lado, e de proprietários de terras arrematadas pela UDR, por outro, os trabalhos terminaram com a aprovação apenas de dois de sete artigos do substitutivo do deputado Rosa Prata (PMDB-MG). O primeiro artigo vincula o direito de propriedade ao cumprimento da função social, fixando que esta função é cumprida quando a propriedade é racionalmente aproveitada, conserva os recursos naturais renováveis e preserva o meio ambiente, observa os dispositivos legais que regulam as relações de trabalho e propicia o bem-estar dos trabalhadores que dela dependem. O segundo cria Varas especiais da Justiça Federal para dirimir conflitos fundiários — Oswaldo Lima Filho defendia a criação de uma Justiça Agrária.

QUESTÃO URBANA

Se aprovada a versão original do anteprojeto da subcomissão que cuida da questão urbana e transporte,

elaborada pelo relator José Ulysses, teriam acontecido situações estranhas, como a impossibilidade de venda ou transferência, pelo prazo de 20 anos, de imóveis urbanos financiados pelo BNH ou de propriedade decorrente de usucapião ou doações. O presidente da subcomissão, arquiteto e voltado para os problemas urbanos, Dirceu Carneiro, conseguiu retirar este e outros pontos, mas se nega a assinar o que considera um "bestialógico" feito para atender exclusivamente ao interesse dos especuladores imobiliários, que teriam montado um eficiente e imbatível lobby na subcomissão.

O anteprojeto restringe significativamente a possibilidade de desapropriação por interesse social, que será feita sempre com prévia e justa indenização em dinheiro, ao preço de mercado, com imissão de posse imediata. O direito à propriedade urbana, com no máximo 250 metros quadrados, por usucapião, ocorreria, pelo anteprojeto, após cinco anos de posse de boa fé e sem oposição. Desde que já tenha sido construída moradia no terreno. Extingue o instituto de enfiteuse e atribui à lei complementar federal solução para questões tipicamente municipais, como a de compra de terrenos, implantação de infra-estrutura urbana, questões que estariam também financeiramente ligadas à União.

(A íntegra do anteprojeto aprovado pela Subcomissão da Intervenção do Estado está na página 40)



Afif e Roberto Campos comemoram vitória liberal na Comissão da Ordem Econômica

Reforma agrária cria polêmica

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A reforma agrária foi a questão que motivou, ontem, duras críticas ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães; ao líder do PMDB, Mário Covas e ao presidente da subcomissão específica, Edison Lobão (PFL-MA). O líder do PDT, Brandão Monteiro (RJ), afirmou, da tribuna, que "Ulysses decidiu rasgar o Regimento", fazendo com que Lobão aceitasse um substitutivo à matéria que estava em votação.

O acusado nada respondeu, apesar de estar presidindo a sessão. Mas Adolfo Oliveira, líder do PL, lembrou que a autorização para recebimento de substitutivos fora dada há uma semana, em ofício-circular de Ulysses, não se configurando, assim, "tomada de decisão na calada da noite, nem para surpreender ninguém".

Já o deputado Jorge Vianna (PMDB-PA) atacou o líder do seu próprio partido, acusando Mário Covas de ter pretendido retirar da reunião, em andamento, o peemedebista José Mendonça de Moraes (MG), suplente que ocupara o lugar do titular ausente. "All estávamos todos ao lado do PMDB e do seu programa", afirmou Vianna, "mas não para aprovar uma reforma agrária pretendida pelo PC do B, o PT e o PCB".

Virgílio Galassi (PDS-MG), por sua vez, disse que o líder do PMDB está no dever de verificar "de onde brotou o dinheiro que custeou a vinda do deputado Benedito Monteiro (PMDB-PA) num jatinho fretado, de Belém para Brasília. Del Bosco Amaral (PMDB-SP) interveio para exigir explicações sobre "a possibilidade de corrupção dos constituintes" no caso, mas Amaury Müller (PDT-RS) esclareceu: "O dinheiro saiu dos nos-

so próprios bolsos, de 10 ou 12 deputados identificados com a reforma agrária. Nos cotizamos para fretar o avião".

"No grito ninguém vai convencer ninguém desta Constituinte", disse José Mendonça de Moraes, referindo-se aos oradores que, como Virgílio Guimarães (PT-MG), fizeram veementes discursos contra o que se passou na Subcomissão da Reforma Agrária. E ainda acusou "os comunistas declarados do PC do B e do PCB, além dos comunistas embutidos no PT, no PMDB e no PDT" de responsáveis pela não aprovação do substitutivo de Rosa Prata (PMDB-MG), "que significava um avanço e iria permitir que o País tivesse uma reforma agrária séria e justa".

Sobram críticas também para o ex-ministro Dante de Oliveira, da Reforma Agrária. Eraldo Tinoco (PFL-BA) disse que ele "foi afastado única e exclusivamente por incompetência", por nada ter feito para viabilizar o projeto do presidente Sarney para o setor. Percival Muniz defendeu Dante, afirmando que o ex-ministro "é um dos poucos homens neste país com vergonha na cara".

O resultado das votações dos pareceres nas subcomissões da Constituinte não representa a vitória dos conservadores sobre os progressistas, acredita Mário Covas. O líder do PMDB observou que o universo concentrado nos 21 membros dessas subcomissões dá essa impressão, mas as questões irão evoluir a partir de agora: "Para avançar, será preciso negociar". Segundo ele, não há motivo para se perder as esperanças em uma Constituição identificada com as mudanças exigidas pela maioria da população brasileira. Os constituintes mais interessados em determinadas questões e concentrados nas subcomissões que tratam delas

terão agora suas atuações neutralizadas pelo plenário da Assembléia.

O relator da Subcomissão do Sistema Financeiro, deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), foi um dos poucos a considerar satisfatório o resultado da votação. E afirmou ter conseguido aprovar os principais pontos da sua proposta. Ele explicou parte do sucesso em função de um relatório "não estatizante", a favor da livre iniciativa e da economia de mercado. "Para acabar com os oligopólios e os cartórios no País não é preciso estatizar o setor financeiro", disse.

Ele acentuou ainda que a imprensa tem destacado apenas o fato de a subcomissão ter rejeitado o tabelamento dos juros, previsto em 12% em seu relatório, mas não as conquistas obtidas. Entre elas, o fim das cartas patentes e do Conselho Monetário, além da proibição de depósitos em bancos estrangeiros.

O presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes, disse ontem que a proposta aprovada pela Subcomissão do Poder Executivo fixando em cinco anos o mandato presidencial "representa o parecer dos deputados que a integram", mas que ainda não é definitiva. Dom Luciano chegou na madrugada de ontem a Brasília vindo da Europa e negou que tivesse sido procurado por Sarney para opinar quanto à nomeação do substituto de Dante de Oliveira no Ministério da Reforma Agrária. "Essa escolha não é uma decisão da Igreja, mas sim do governo, dentro do equilíbrio da contribuição dos partidos", comentou ele.

JUROS EXTORSIVOS
Os bancos estão "errando". Recupere o que pagou indevidamente. Telex (011) 231-4174 - 259-6817. Gustavo Korte e Carlos Faria.